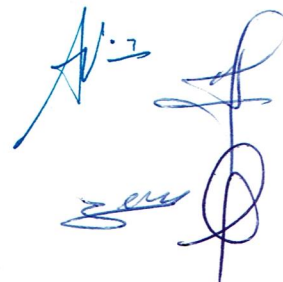


Centro Cultural
e Social
de S. Pedro
de Lomar

Relatório e Contas *2018*





RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018

1 – Contexto Económico e Social

O ano de 2018 foi de um razoável crescimento económico, o PIB ficou-se pelos 2,1%, mas ainda abaixo do que seria exetável e dos necessidades que o país carece (sempre acima dos 3%), para convergir com os países da zona Euro. Notou-se um aumento da confiança dos consumidores e do gasto das famílias, muito alavancado pelo crédito ao consumo e pela importação dos bens. Esta evolução tem subjacente uma recomposição da procura global orientada para um crescimento mais sustentável, assente no dinamismo das exportações, do turismo. Este é o ritmo de crescimento mais elevado desde o ano 2000, devido principalmente a uma conjuntura económica mundial favorável, pois continuam a ser adiadas reformas estruturais que a nossa economia necessita e que nos tornam um país pouco competitivo e muito sujeito ao impacto que até pequenas recessões tenham na economia global. Ao nível orçamental continuam a permanecer os cortes e cativações na despesa do Orçamento de Estado e mantiveram-se no essencial os níveis elevados de tributação em vários impostos, nomeadamente um dos novos impostos que tinha sido criado em 2017, o AIMI (Adicional ao imposto Municipal de Imóveis), e que na nossa instituição cria muito impacto na sua tesouraria. No que diz respeito às condições do mercado de trabalho, observou-se uma melhoria no ano, com uma redução da taxa de desemprego que se situou no final de 2018 em 7%. De salientar que a Dívida Pública tendo melhorado, continua em valores muito elevados passou de 126,2% em 2017 para 121,5% do PIB em 2018, o que faz com que fiquemos extremamente dependentes da variação das taxas de juros dos mercados financeiros e um aumento significativo voltará a colocar o país numa situação muito delicada.

Nesta crise que vivemos as JPSS defrontam-se com o imperativo de contribuírem para a superação da crise e não constituírem um problema dentro dela, por isso e sendo um compromisso que assumimos com os utentes só aumentamos o valor das mensalidades na percentagem do aumento do salário mínimo nacional, apesar de necessitarmos de fazer aumentos superiores, para colmatarmos problemas de tesouraria que têm persistido,



devido às particulares contingências de funcionamento da nossa instituição.

Sabe-se que as JPSS muito dificilmente conseguirão a autonomia financeira total em relação aos apoios públicos, nem tal seria justo atendendo aos serviços que prestam em favor do bem comum; mas sabe-se também que tais apoios poderão não ser suficientes, face às necessidades sociais a atender, e até porque os prazos de recebimento desses subsídios são bastante dilatados relativamente à data da prestação de serviços a que eles se referem. Havendo até uma aposta do Estado nesse sentido dando mais instrumentos às JPSS's para serem elas o motor da ajuda aos mais carenciados, pois lidam com os problemas mais de perto, e conhecem a realidade das carências e das dificuldades das famílias mais de perto.

Foi neste contexto económico de dificuldades que a Direcção do Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar teve que desenvolver a sua actividade num quadro de uma gestão criteriosa e racional.

2 – Evolução da actividade do Centro

Para a realização dos seus objetivos, a instituição promoveu a dinamização das atividades socioeducativas no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) na vertente do prolongamento de horário e serviço de refeições no Jardim de Infância de Lomar bem como dinamizou as atividades da Componente de Apoio à Família (CAF) na Escola Básica do 1.º Ciclo de Lomar e respetivo serviço de refeições destinada às crianças daquele estabelecimento de ensino e aos alunos do 2º ciclo da Escola EB2 3 de Nogueira.

Por seu turno, desde 1 de novembro de 2013 o Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar fornece refeições ao Jardim de Infância de Arcos, da EB1/JI de Arcos, do Agrupamento de Escolas de Alberto Sampaio, e em 16 de junho de 2014 fornece refeições aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da EB1/JI de Arcos, ao abrigo de um protocolo com a União das Freguesias de Lomar e Arcos e da Câmara Municipal de Braga.

Há ainda a salientar que a instituição assegurou a realização de atividades de animação socioeducativas e alimentação nas interrupções letivas e férias



escolares para as crianças do Jardim de Infância e da Escola Básica do 1.º Ciclo de Lomar.

No âmbito da saúde comunitária surge ainda a realização das consultas de Podologia na primeira quinta-feira de cada mês em colaboração com a DumeCare – Enfermagem e Reabilitação Domiciliária.

Refira-se ainda, o alargamento do serviço de refeições ao domicílio, assumindo-se como projeto precursor do apoio ao domicílio.

A partir de 02 de novembro, começamos a prestar o serviço de fornecimento de refeições (10 utentes) ao Centro de Dia de Santo Estevão de Penso, gerido pela Associação Grupo Desportivo e Social.

Saliente-se ainda que o atendimento descentralizado aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção surge no âmbito da cooperação estabelecida entre o Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar e o Centro Cultural e Social de Santo Adrião. O atendimento é assegurado por uma assistente social às terças-feiras, das 09h30 às 12h30, nas instalações da nossa instituição.

Por outro lado, a instituição promoveu a dinamização de atividades para as áreas da ginástica, da música e da dança nas AAAF do Jardim de Infância, a realização de aulas de ginástica para adultos, às terças e quintas-feiras, das 22h00 às 23h00, e promoveu a realização de passeios para os seus associados, no dia 07 de março a Mirandela, no dia 29 de maio a Fátima e no dia 08 de outubro o Passeio de Outono.

Há ainda a salientar a organização da Festa Final do ano letivo das CAF's (16 de junho), da realização da Colónia Balnear das crianças e dos nossos idosos entre 02 a 06 de julho na Colónia de Férias da Segurança Social da Apúlia e da organização da 12.ª Ceia de Natal (15 de dezembro), com a animação de um grupo musical.

Quanto à organização do magusto da freguesia a 12 de novembro, o Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar integrou a comissão organizadora da iniciativa, conjuntamente com União das Freguesias de Lomar e Arcos e a Paróquia de S. Pedro de Lomar.

O 16º aniversário da instituição foi comemorado a 12 de outubro com a



realização da Grande Noite de Fados/Jantar.

A obra prevista de remodelação e ampliação do edifício com vista à readaptação de funcionamento do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), não se realizou em 2014 e 2015, após a direção do Centro ter apresentado à Segurança Social uma candidatura ao Fundo de Socorro Social (FSS). Uma nova esperança surge através do projeto “Apoio Domiciliário – Ajuda Feliz”, no âmbito do Orçamento Participativo Braga 2016, da Câmara Municipal. A sessão de apresentação dos projetos vencedores do Orçamento Participativo decorreu no dia 8 de outubro de 2015, no Museu Nogueira da Silva, em Braga. O projeto vencedor OP16/PRCP000041 é o quarto projeto mais votado no âmbito do Orçamento Participativo Braga 2016, com 1019 votos. Em 2016 concretizou-se a referida obra de remodelação e ampliação do edifício, para o funcionamento e desenvolvimento das atividades inseridas no âmbito do SAD que serão implementadas a partir de uma estrutura já existente na sede do Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar. As instalações foram cedidas pela ex-Junta de Freguesia de Lomar e atual União das Freguesias de Lomar e Arcos à instituição e com o objetivo de criar as condições necessárias para a instalação e funcionamento do Serviço de Apoio Domiciliário.

Mais uma vez e no âmbito do Orçamento Participativo Braga 2017 surge a oportunidade através do Projeto “Centro Comunitário – Geração Feliz!” que visa a intervenção na requalificação e recuperação de uma infra-estrutura desportiva sem condições e sem utilização para um espaço de apoio à população, tendo em vista a criação de um Centro Comunitário. Que após votação fica em 8º lugar com 953 votos e que se traduz num apoio monetário de 85000 euros.

A realização dos exames médicos no âmbito da medicina no trabalho tiveram lugar a 04 de dezembro.

No âmbito da atividade dos corpos gerentes na vida da instituição que tem participado de forma ativa e empenhada nas reuniões e grupos de trabalho e bem ainda o estímulo e participação dos sócios fundadores com vista à prossecução dos objetivos da instituição.



3 – Evolução Financeira

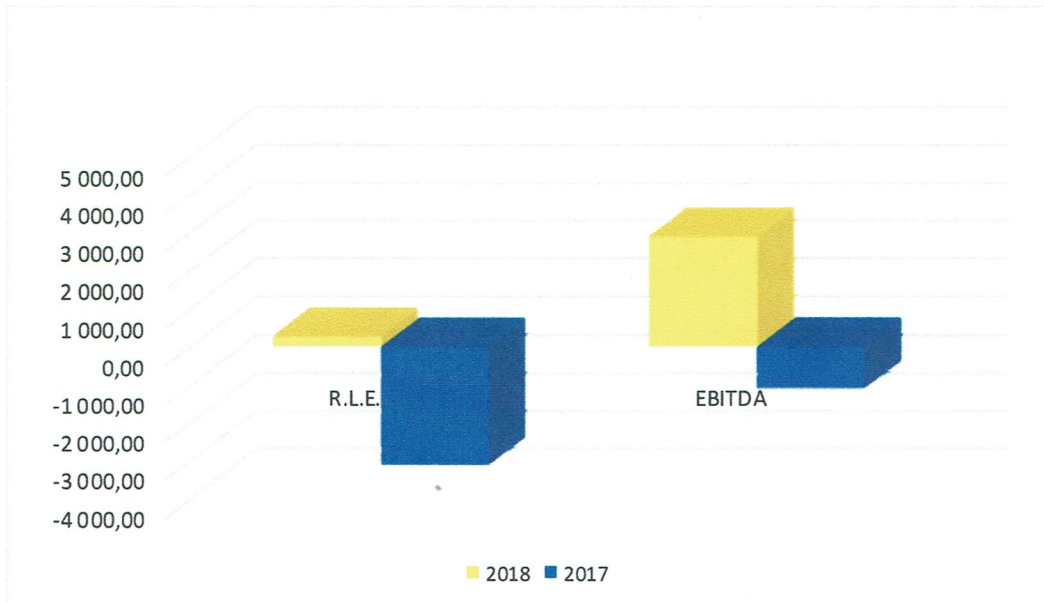
Neste exercício económico do ano de 2018 o Resultado Líquido do Período foi positivo, no valor de 269,48 €, depois de alguns anos de resultados negativos. Apesar da diminuição de utentes nas nossas valências da EBI de Lomar e ainda mais significativa no Jardim de Infância das Regadinhas que tem vindo a acentuar-se, verificou-se correta a aposta da Direção na alteração do valor das mensalidades dos utentes em percentagem do aumento do SMN, pois as mesmas já há muitos anos que se mantinham iguais e os custos com o pessoal, por via do aumento do salário mínimo nacional, da evolução das diuturnidades das trabalhadoras e do aumento da contribuição da taxa social única da Segurança Social das JPSSs tem vindo sempre em crescendo. É de referir ainda que se continua a fazer sentir a redução dos valores das participações pelos respetivos escalões que a Autarquia efectuou. Ainda assim houve um enorme esforço por parte da Direção da instituição na contenção de gastos.

Na valência de Alimentação ao Domicílio de Idosos a procura tem vindo lentamente a crescer e aí sim tem-se verificado uma receita adicional importante para a nossa estrutura.

O EBIJDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), que em 2017 tinha tido um valor negativo de -1.105,57, este ano de 2018 cifrou-se nos 2.885,37.

	2018	2017
R.L.E.	269,48	-3.141,19
EBIJDA	2.885,37	-1.105,57





3.1. – Investimentos em Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

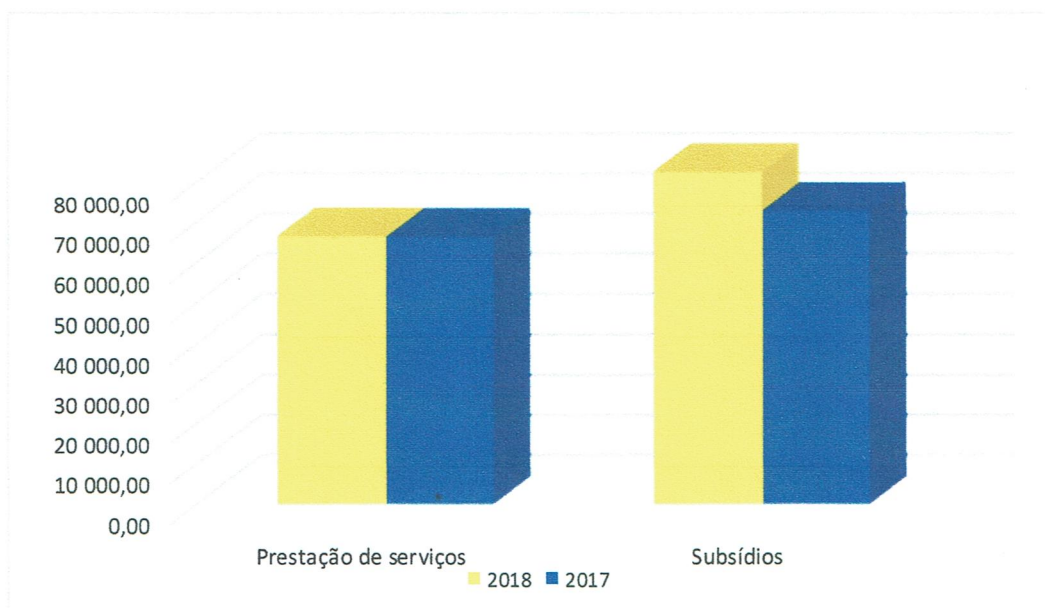
Em 2018 foi dispendido em Activos Fixos Tangíveis o valor de 3.283,54€. O maior investimento foi a aquisição de uma viatura Opel Combo em 2.ª mão, para o apoio na distribuição da alimentação, houve ainda aquisição de algum material para a cozinha e para a área administrativa de valor mais reduzido.

Foi também dispendido em Activos Fixos Intangíveis o valor de 1.073,79€, que foram atualizações de programas informáticos, para nos adaptarmos às alterações exigidas por diplomas legais ao nível contabilístico, que tem tido alterações constantes.

3.2. – Rendimentos

Na nossa estrutura de Rendimentos as prestações de serviços em 2018 tiveram um aumento residual comparativamente a 2017, na ordem dos 0,3%. Os subsídios à exploração tiveram um acréscimo com algum significado na ordem dos 13,5%.

	2018	2017
Prestação de serviços	66.586,85	66.411,19
Subsídios	82.703,17	72.878,78

3.3. – Gastos

Na gestão do Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar houve em 2018, uma vez mais uma tentativa muito grande no controle de gastos, a qual foi bem-sucedida na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos em que conseguimos uma diminuição na ordem dos 24,5%, o que foi um grande feito especialmente neste item.

Já nos C.M.V.M.C. houve em 2018 um aumento de 9,4%, relativamente a 2017, que se deveu essencialmente a um aumento das refeições confeccionadas principalmente na “Alimentação ao Domicílio de Idosos” e também do aumento residual dos preços de alguns géneros alimentares.

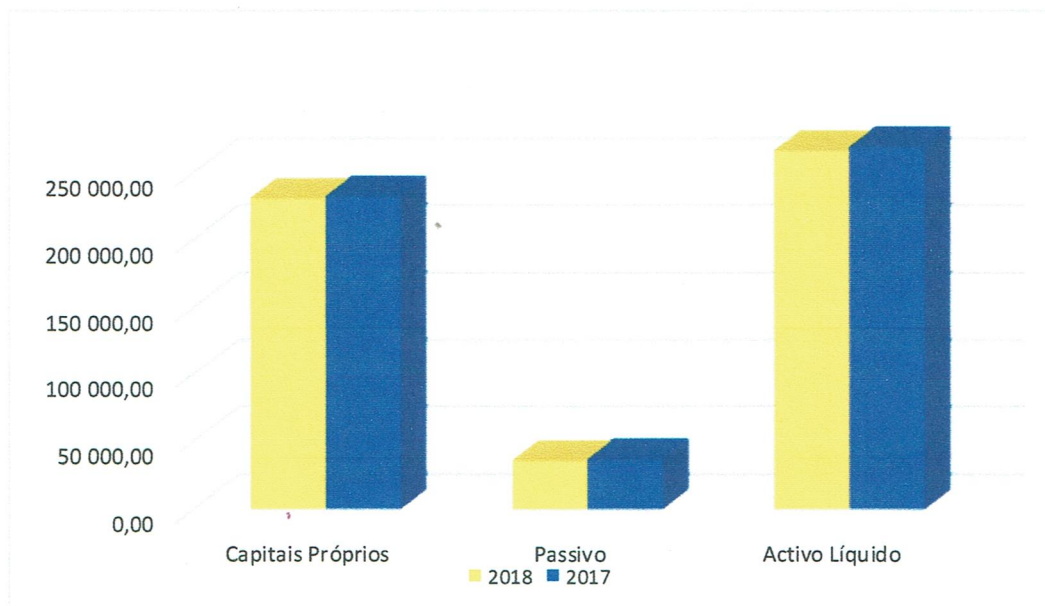
Os custos com o pessoal aumentaram em 15%, relativamente ao ano de 2017, devido à actualização dos salários e diuturnidades para a tabela do Contrato Coletivo de Trabalho do setor das JPSS que foi revista, o aumento do SMN e a entrada de uma nova colaboradora para a instituição.

	2018	2017
<i>C.M.V.M.C.</i>	<i>49.186,18</i>	<i>44.945,23</i>
<i>F.S.E.</i>	<i>24.207,99</i>	<i>32.070,27</i>
<i>Custos com pessoal</i>	<i>72.040,72</i>	<i>62.532,70</i>



3.4. – Rácios

	2018	2017
<i>Capitais Próprios</i>	230.730,67	232.350,59
<i>Passivo</i>	35.768,90	37.044,77
<i>Activo Líquido</i>	266.499,57	269.395,36



3.4.1. – Autonomia Financeira

O Grau de Autonomia Financeira está praticamente inalterado pois em 2017 estava em 86,2% e em 2018 está em 86,7% que são valores bastantes bons. Este rácio permite apreciar em que percentagem o activo do Centro se encontra a ser financiado por capitais próprios.

3.4.2. – Liquidez geral

A instituição tem um rácio de liquidez geral bom, de 1,19, pois as dívidas a curto prazo são em muito superadas pelos valores das disponibilidades, clientes e inventários.

4 – Perspectivas para 2019

Para 2019 perspectivamos como mais premente a nossa instituição empregar todos os esforços na concretização da obra já referida no ponto 2, no âmbito do Orçamento Participativo Braga 2017 o “Centro Comunitário – Geração

Feliz!”, o qual por razões essencialmente burocráticas ainda não foi aprovado na Câmara de Braga, que visa a intervenção na requalificação e recuperação de uma infra-estrutura desportiva, tendo em vista a criação de um Centro Comunitário, para em primeiro de tudo com ela podermos servir a população e numa segunda vertente obtermos mais receita para o equilíbrio da tesouraria da instituição.

Outro dos objetivos para 2019 desta direção é pensar de forma criteriosa e pragmática em novas formas de obtenção de receita e a continuação da contenção de gastos de molde a termos resultados positivos e uma tesouraria “desafogada”.

5 – Proposta de aplicação de Resultados

O resultado positivo de 269,48€ apurado no exercício de 2018, será transferido para Resultados Transitados.

6 – Notas finais

Uma palavra final de agradecimento a todas as entidades que estão envolvidas connosco na prossecução das nossas actividades, Câmara Municipal de Braga, União das Freguesias de Lomar e Arcos, Escola EB 1 de Lomar, Jardim de Infância de Lomar, Jardim de Infância de Arcos, EB1 de Arcos ambos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento de Escolas de Nogueira às nossas funcionárias, colaboradores e associados. O nosso muito obrigado.

Lomar, 22 de Março de 2019

António João Sousa

António João Sousa

António João Sousa

Carla Patrícia Rodrigues Paques

CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE S. PEDRO DE LOMAR
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 506 683 257

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	196 119,35	194 296,30
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	1 063,64	1 178,45
Investimentos financeiros		61,40	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		197 244,39	195 474,75
Activo corrente			
Inventários	6	426,42	437,21
Créditos a receber	7	6 688,02	6 061,02
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	10	1 369,17	297,50
Outros ativos correntes	9	25 253,84	28 159,70
Caixa e depósitos bancários	3	35 517,73	38 965,18
		69 255,18	73 920,61
Total do ativo		266 499,57	269 395,36
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-2 798,81	2 231,78
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		233 260,00	233 260,00
		230 461,19	235 491,78
Resultado líquido do período		269,48	-3 141,19
Total dos fundos patrimoniais		230 730,67	232 350,59
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		20 286,99	21 678,17
Estado e outros entes públicos	8	2 564,97	2 344,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	9, 10	12 916,94	13 022,19
		35 768,90	37 044,77
Total do passivo		35 768,90	37 044,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		266 499,57	269 395,36

A Direcção

António Antão Queiroz
Carla Patrícia Rodrigues Paques
António Luis Reis
João Vilas Boas

Contabilista Certificado

Benjamin Faliço do Lago Rodrigues Alves

CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE S. PEDRO DE LOMAR
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 506 683 257

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	13	66.586,85	66.411,19
Subsídios, doações e legados à exploração	11	82.703,17	72.878,78
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	49.186,18	44.945,23
Fornecimentos e serviços externos	14	24.207,99	32.070,27
Gastos com o pessoal	12	72.040,72	62.532,70
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	15	730,76	666,56
Outros gastos	16	1.700,52	1.513,90
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.885,37	-1.105,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	2.615,89	2.035,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		269,48	-3.141,19
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		269,48	-3.141,19
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		269,48	-3.141,19

A Direção

Contabilista Certificado

António Filipe Paquet

Benjamin Filipe de Cete Rodrigues Alves

Paula Patrícia Rodrigues Paquet
António Luís Vieira
João Vítor Paquet

CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE S. PEDRO DE LOMAR

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

EURO

RUBRICAS	notas	PERÍODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		63 408,35	63 970,69
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		66 499,66	39 126,49
Pagamentos ao pessoal		51 224,69	41 557,96
Caixa gerada pelas operações		-54 316,00	-16 713,76
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos / pagamentos		55 192,68	12 072,45
Pagamento Segurança Social		19 168,70	16 016,86
Pagamento à AT (IRS retido e IMI/AIMI)		1 987,89	1 558,04
Pagamento Fundos Compensação		66,40	
Outros pagamentos		9 281,52	24 522,39
Recebimento reembolso iva			
Recebimento subsídios		83 719,63	52 723,74
Recebimento associados		1 516,50	1 446,00
Recebimento donativos		461,06	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		876,68	-4 641,31
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	4	3 250,34	577,14
Activos intangíveis	5	1 073,79	1 043,04
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			42 500,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-4 324,13	40 879,82
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variação de Caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-3 447,45	36 238,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		38 965,18	2 726,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.1.14	35 517,73	38 965,18

A Direção

O Contabilista Certificado

Carla Patrícia R. Marques
António Reis Veiros
António João Gomes
João Vítor S. Pereira

Benjamin Felipe de Gato R. Alves

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

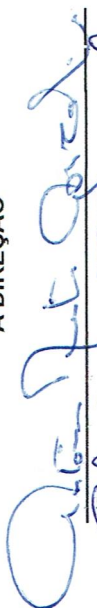
EURO

RENDIMENTOS E GANHOS	Notas	ATL Jardim	ATL EB1	Apio Dom.	PERÍODOS	
					31/12/2018	31/12/2017
Vendas e serviços prestados	13	11 086,00	39 282,00	16 218,85	66 586,85	66 411,19
Custo das vendas e dos serviços prestados	6, 12, 14	-30 739,32	-78 875,47	-15 171,99	-124 786,78	-117 527,93
Resultado Bruto		-19 653,32	-39 593,47	1 046,86	-58 199,93	-51 115,74
Outros Rendimentos	11, 15	19 321,32	61 124,08	2 988,53	83 433,93	73 545,34
Gastos de distribuição	4, 5, 14	-2 791,68	-16 750,08	-3 722,24	-23 264,00	-24 055,89
Gastos administrativos						
Gastos de investigação e desenvolvimento						
Outros gastos	16	-204,06	-1 224,38	-272,08	-1 700,52	-1 513,90
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 327,74	3 556,15	41,07	269,48	-3 141,19
Gastos de financiamento (líquidos)						
Resultado antes de impostos		-3 327,74	3 556,15	41,07	269,48	-3 141,19
Impostos sobre o rendimento do período						
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-3 327,74	3 556,15	41,07	269,48	-3 141,19

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Benjamin Filipe de Costa Rodrigues Alves

A DIREÇÃO


 Paula Patrícia Rodrigues Marques
 António Rui Vitor
 2005 Vilas e Lommar

CENTRO CULTURAL E SOCIAL DE S. PEDRO DE LOMAR

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2018

EURO

DESCRICÃO	notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Translatados	Excedentes de Reavaliação	Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período		TOTAL	Interesses que não controlam
PCSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1				2 231,78		233 260,00	-3 141,19	232 350,59		232 350,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos					-5 030,59			3 141,19	-1 889,40		-1 889,40
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2				-5 030,59			3 141,19	-1 889,40		-1 889,40
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							269,48	269,48		269,48
RESULTADO EXTENSIVO	4							3 410,67	-1 619,92		-1 619,92
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	5										
	6				-2 798,81		233 260,00	269,48	230 730,67		230 730,67

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Benjamin Filipe de Lito Rodrigues Alves

A DIREÇÃO

António António Gonçalves
Paula Ráfolia Rodrigues Marques
António Luís Viana
João Vilas Boas



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar

Sede: Rua Dr. José Azevedo Ferreira - Lomar, 4705-254 Braga

NIPC: 506 683 257

CAE PRINCIPAL: 94995-Outras actividades associativas

CAE SECUNDÁRIO: 88910-Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Sector Não Lucrativo, que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho, e ainda outra legislação complementar, nomeadamente a Portaria 220/2015 de 29 de Julho.

2.2 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC e NCRF-ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.2. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Centro continuará a operar no futuro previsível, declarando que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações, o que nas entidades do sector não lucrativo são a manutenção da actividade de prestação de serviços aos seus utentes e à capacidade de cumprir os seus fins Estatutários.

3.1.3. Regime do acréscimo (periodização económica)

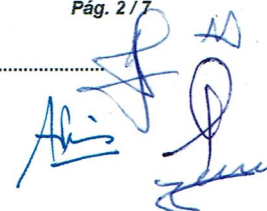
Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitos os critérios de reconhecimento independentemente do momento do pagamento ou de recebimento. São registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com o quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.4. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem.

3.1.5. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior e respeitando o princípio da continuidade.



3.1.6. Activos fixos tangíveis

Os Activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condições necessárias para operarem.

Os activos que foram atribuídos ao Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram no quadro da nota 4.

3.1.7. Activos intangíveis

Os Activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condições necessárias para operarem e são reconhecidos quando possam ser mensurados com fiabilidade.

As depreciações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram no quadro da nota 5.

3.1.8. Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição

3.1.9. Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

- *Caixa e depósitos bancários* - Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

- *Fornecedores e outras dívidas a pagar* - As dívidas registadas nestas rubricas são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.10. Fundos Patrimoniais

Esta rubrica constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos e é composta por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores do Centro Cultural ou terceiros.

- Fundos acumulados e outros excedentes.

- Subsídios, doações e legados que o governo, outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do CIRCS as IPSS's estão isentas de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

3.1.12. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, diuturnidades, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direcção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda eventuais gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

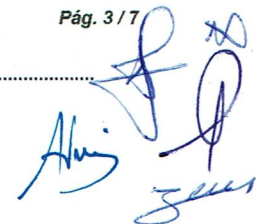
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidos como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.1.13. Subsídios do Estado

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



3.1.14. Fluxos de caixa

A demonstração financeira dos fluxos de caixa é preparada através do método directo. A entidade classifica na sua rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento.

Os valores inscritos em Caixa e depósitos bancários que se encontravam livres para uso imediato:

	2018		2017	
	Valor inscrito no Balanço	Disponível p/ uso imediato	Valor inscrito no Balanço	Disponível p/ uso imediato
Caixa	178,44	178,44	378,53	378,53
Depósitos à Ordem	35 338,89	35 338,89	38 586,65	38 586,65
Soma	35 517,33	35 517,33	38 965,18	38 965,18

3.1.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são reflectidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2 ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não foram efectuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

As correções de erros de períodos anteriores estão nas respectivas contas de Rendimentos e Gastos, ou sendo situações materialmente relevantes foram incorporadas em resultados transitados.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Classe de Activo Fixo Tangível		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Out. Activos Fixos Tangíveis
Origem		Doação	Adquiridos Externamente				
Vida útil estimada (anos)		Indefinida	6	20; 6	5	5; 6	4
Método das depreciações		-	Quotas constantes				
Taxa de Depreciação		-	16,66%	5%; 16,66%	20%	16,66%; 20%	25%
Valores 01-01-2017	Quantia Bruta escriturada	190 760,00	3 567,81	38 363,90	17 700,00	23 875,42	1 275,57
	Depreciações Acumuladas	0,00	3 567,81	34 923,94	17 700,00	23 480,30	1 275,57
	Valor Líquido	190 760,00	0,00	3 439,96	0,00	395,12	0,00
Reclassificação Valor Aquisição							
Reclassificação Depreciações							
Adições				376,70		200,44	
Alienações / Abates (valor aquisição)							
Alienações / Abates (depreciações)							
Depreciações no Período				687,18		188,74	
Valores 31-12-2017	Quantia Bruta escriturada	190 760,00	3 567,81	38 740,60	17 700,00	24 075,86	1 275,57
	Depreciações Acumuladas	0,00	3 567,81	35 611,12	17 700,00	23 669,04	1 275,57
	Valor Líquido	190 760,00	0,00	3 129,48	0,00	406,82	0,00
Adições				607,37	2 500,00	142,97	
Alienações / Abates (valor aquisição)							
Alienações / Abates (depreciações)							
Depreciações no Período				725,17	500,00	202,12	
Valores 31-12-2018	Quantia Bruta escriturada	190 760,00	3 567,81	39 347,97	20 200,00	24 218,83	1 275,57
	Depreciações Acumuladas	0,00	3 567,81	36 336,29	18 200,00	23 871,16	1 275,57
	Valor Líquido	190 760,00	0,00	3 011,68	2 000,00	347,67	0,00

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Classe de Activo Intangível		Programas de Computador
Origem		Adquiridos Externamente
Vida útil estimada (anos)		3
Método das depreciações		Quotas constantes
Taxa de Depreciação		33,33%
Valores 01-01-2017	Quantia Bruta escriturada	4 350,51
	Depreciações Acumuladas	3 055,40
	Valor Líquido	1 295,11
Reclassificação Valor Aquisição		
Reclassificação Depreciações		
Adições		1 043,04
Alienações / Abates (valor aquisição)		
Alienações / Abates (depreciações)		
Depreciações no Período		1 159,70
Valores 31-12-2017	Quantia Bruta escriturada	5 393,55
	Depreciações Acumuladas	4 215,10
	Valor Líquido	1 178,45
Adições		1 073,79
Alienações / Abates (valor aquisição)		
Alienações / Abates (depreciações)		
Depreciações no Período		1 188,60
Valores 31-12-2018	Quantia Bruta escriturada	6 467,34
	Depreciações Acumuladas	5 403,70
	Valor Líquido	1 063,64

6. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Movimentos	Ano 2017	Mercadorias	Matérias Primas
Existências iniciais		0,00	505,31
Compras		0,00	44 877,13
Autoconsumos		0,00	0,00
Regularização de existências		0,00	0,00
Existências finais		0,00	437,21
GASTOS NO EXERCÍCIO (CMVMC)		0,00	44 945,23

Movimentos	Ano 2018	Mercadorias	Matérias Primas
Existências iniciais		0,00	437,21
Compras		0,00	49 175,39
Autoconsumos		0,00	0,00
Regularização de existências		0,00	0,00
Existências finais		0,00	426,42
GASTOS NO EXERCÍCIO (CMVMC)		0,00	49 186,18

7. CRÉDITOS A RECEBER

Esta rubrica em 2018 e 2017 estava desagregada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Prazo recebimento (dias)	30-60	30-60
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	-	-
Utentes	6 688,02	6 061,02
TOTAL	6 688,02	6 061,02

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica em 2018 e 2017 estava dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Passivo		
Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	81,00	22,00
Segurança Social	2 483,97	2 322,41
TOTAL	2 564,97	2 344,41

9. DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)

Esta rubrica em 2018 e 2017 estava dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Activo		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Subsídios Exploração	25 253,84	28 159,70
TOTAL	25 253,84	28 159,70
Passivo		
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	9 132,10	9 091,81
IMI a pagar	682,28	682,68
TOTAL	9 814,38	9 774,49

10. DIFERIMENTOS

Esta rubrica em 2018 e 2017 englobava os seguintes saldos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 369,17	297,50
TOTAL	1 369,17	297,50

11. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

A Entidade reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	Natureza	31-12-2018	31-12-2017
Subsídios, doações e legados à exploração			
União Freguesias Lomar e Arcos	Não reembolsável	46 926,00	37 620,21
Instituto Português do Desporto e Juventude I.P.	Não reembolsável	250,00	
Autarquia de Braga	Não reembolsável	35 527,17	35 258,57
TOTAL		82 703,17	72 878,78

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE, POR VALÊNCIAS:

VALÊNCIA	NÚMERO MÉDIO 2018	NÚMERO MÉDIO 2017
ATL - EB1 Lomar	3	3
ATL - Jardim de Infância	3	2
Geral - Administrativo	1	1
TOTAL	7	6

NÚMERO DE MEMBROS DOS ORGÃOS DIRECTIVOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS REMUNERAÇÕES

NOME	CARGO	NÚMERO	REMUNERAÇÃO
António Martins Gonçalves	Presidente	1	Não remunerado
João Vilaça Ferreira	Vice-presidente	1	Não remunerado
António Pereira Vieira	Secretário	1	Não remunerado
Carla Patrícia Rodrigues Marques	Tesoureira	1	Não remunerado
José Ferreira da Costa	Vogal	1	Não remunerado

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações do pessoal	58 081,47	50 685,73
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	12 957,17	11 298,69
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	707,68	365,88
Outros gastos com o pessoal	294,40	182,40
TOTAL	72 040,72	62 532,70

13. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a Prestações de Serviços:

Descrição	2018	2017
Quotas dos utilizadores, matrículas e mensalidades	65 070,35	64 965,19
Quotizações e jóias	1 516,50	1 446,00
TOTAL	66 586,85	66 411,19

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos Fornecimentos e Serviços externos nos períodos de 2018 e 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	9 194,12	18 006,15
Materiais	2 245,75	1 302,43
Energia e fluidos	2 015,85	1 901,48
Deslocações, estadas e transportes	103,90	5,85
Serviços diversos	10 625,68	10 840,16
Encargos com os Utentes	22,69	14,20
TOTAL	24 207,99	32 070,27

15. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica em 2018 e 2017 englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Descontos de pronto pagamento obtidos		0,01
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	249,68	210,00
Donativos	461,06	456,55
Outros	20,02	
TOTAL	730,76	666,56

16. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica em 2018 e 2017 englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Impostos	1 535,03	1 462,89
Dívidas incobráveis		
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	92,92	
Quotizações	25,00	50,00
Juros de mora	18,53	0,91
Outros	29,04	0,10
TOTAL	1 700,52	1 513,90

17. OUTRAS DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

DÍVIDAS À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E SEGURANÇA SOCIAL

O Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar em 31-12-2018, não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, A Direcção informa que a situação do Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

18. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lomar, 22 de Março de 2019

O Contabilista Certificado

Benjamin Filipe de Castro Rodrigues Alves

A Direcção

António António Gonçalves
Carla Patrícia Rodrigues Paquet
António Luís Veiros
João Vilas Boas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2018

Senhores Associados,

Em conformidade com o estabelecido no Artigo 44.º, alínea c) dos Estatutos do Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar, apresentamos o relatório da actividade que desenvolvemos e o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de Prestação de Contas apresentados pela Direcção relativos ao exercício de 2018, no quadro da missão que por vós nos foi confiada.

Como acompanhamos de perto a actividade desenvolvida pela Direcção do Centro Cultural e Social de S. Pedro de Lomar e tendo analisado no final do exercício as contas em reunião conjunta com a Direcção, o Tesoureiro e o Contabilista Certificado, concedemos o seguinte parecer.

Parecer:

1 – Decidiu dar parecer favorável à aprovação das contas do exercício de 2018.

2 – Que seja aprovada a proposta da Direcção de transferência do Resultado Líquido do Período para Resultados Transitados.

3 – Que seja manifestado à Direcção um voto de louvor e incentivo, pelos esforços que tem desenvolvido para que o Centro possa atingir os objectivos para a que se propôs quando foi criado, servir os utentes e associados com mais qualidade e melhor serviço, bem como a população da freguesia.

Lomar, 28 de março de 2019

O Conselho Fiscal

[Assinatura manuscrita]

Isabel Barbara de Carvalho

Domingos José da Costa Ferraz